

## **Efeito da Troca da Firma de Auditoria no Gerenciamento de Resultados das Companhias Abertas Brasileiras**

**Paulo Roberto da Cunha**  
**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)**  
*e-mail: pauloccsa@furb.br*

**Vania Regina Morás**  
**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)**  
*e-mail: vrm\_vania@yahoo.com.br*

**Maurício Leite**  
**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)**  
*e-mail: mauricio.leite@ymail.com*

### **RESUMO**

Este estudo tem por objetivo verificar o efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras. Trata-se da manipulação dos resultados nas empresas realizada intencionalmente pelos gestores, assim a firma de auditoria tem o propósito de identificar falhas no sistema de contabilidade e resistir às pressões de clientes na divulgação de informações. Utilizou o modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) para analisar este efeito. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de procedimentos documental. A amostra foi composta pelas empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2008 a 2013 com um total de 1470 observações. Para a análise dos resultados utilizou-se de dados em painel com aplicação do modelo *POLS*. Os resultados encontrados apontam que a troca da firma de auditoria não tem efeito sobre o gerenciamento de resultados das empresas analisadas. Além disso, os resultados não permitem afirmar que o tipo de firma de auditoria (*Big-Four* e *Não Big-Four*) impacta no gerenciamento de resultados. Essas evidências corroboram com estudos recentes.

**Palavras-chave:** Rodízio de auditoria; Troca de auditoria; Gerenciamento de resultados; *Accruals* discricionários

### **1 INTRODUÇÃO**

A auditoria das demonstrações contábeis é o trabalho realizado por auditor independente que, após aplicação de um conjunto de procedimentos, emite um parecer sobre as demonstrações contábeis analisadas a fim verificar a adequação das demonstrações contábeis aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, às Normas Brasileiras de Contabilidade e demais legislações (CUNHA et al., 2011).

A importância de uma auditoria aos que utilizam seus serviços, depende da capacidade percebida do auditor em identificar falhas no sistema de contabilidade e resistir às pressões de clientes na divulgação de informações quando a violação é descoberta. A independência da auditoria é uma característica essencial para o desenvolvimento dos mercados de capitais eficientes; órgãos reguladores têm empenhado ações para minimizar possíveis ameaças a esta independência. Assim, o nível de independência do auditor é definido como a probabilidade

condicional que, caso uma falha ou violação tenha sido descoberta, o auditor reportará o fato (DEANGELO, 1981; DEFOND, RAGHUNANDAN; SUBRAMANYAM, 2002).

Dessa forma, o desenvolvimento das atividades dos auditores é de suma importância para emissão de uma opinião sobre a qualidade das informações contábeis, na qual evidencia a realidade econômica e financeira das organizações. Mesmo sujeita a aspectos subjetivos, a visão dos usuários da informação, é que a opinião da auditoria expressa confiança da realidade econômica e financeira da empresa auditada (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2011).

No debate acerca da independência da auditoria, tem-se reconhecido que a renda obtida por meio de serviços de não auditoria, é um dos fatores que pode tornar uma empresa de auditoria economicamente dependente de um cliente. Quando há um forte vínculo econômico entre um auditor e uma empresa cliente, o auditor tem um incentivo para ignorar potenciais problemas e emitir uma opinião favorável sobre os controles internos da empresa cliente (ZHANG; ZHOU; ZHOU, 2007), o que pode acarretar em perda da independência dos auditores e, conseqüentemente, da auditoria.

Como consequência da perda da independência da auditoria, destaca-se a menor qualidade dos relatórios financeiros (KINNEY; PALMROSE; SCHOLZ, 2004). A auditoria independente é uma das responsáveis pela redução da assimetria informacional incorrida entre os usuários da informação. A crescente dinâmica por informações mais oportunas e seguras vem exigindo maior qualidade nos serviços realizados pelos auditores (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2011).

Após as descobertas de fraudes financeiras envolvendo respeitadas corporações e auditores, nos Estados Unidos da América foi aprovado a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), que entrou em vigor em julho de 2002 para lidar principalmente com a crescente preocupação dos investidores sobre a integridade dos relatórios financeiros das empresas (DEFOND; RAGHUNANDAN; SUBRAMANYAM, 2002; ZHANG; ZHOU; ZHOU, 2007; SILVA; ROBLES JUNIOR, 2008; FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2011). Murcia, Borba e Schiehl (2008) acrescentam que estes escândalos resultaram na perda da credibilidade das demonstrações contábeis como instrumento de divulgação de informações aos usuários externos.

Silva e Bezerra (2010) acreditam que a troca da firma de auditoria contribui para o aumento da independência entre a firma de auditoria e empresa auditada. Nesse sentido, espera-se que o novo auditor seja severo em relação à qualidade das demonstrações contábeis, sobretudo para a prática do Gerenciamento de Resultados (GR).

O gerenciamento de resultados é a intervenção, realizada propositalmente, com a intenção de obter algum ganho, que ocorre quando os administradores utilizam de julgamentos sob as informações financeiras e operacionais da empresa, na intenção de alterá-las sobre o desempenho econômico da companhia (SCHIPPER, 1989; HEALY; WAHLEN, 1999). Apesar de ser uma alteração proposital, o gerenciamento de resultados não é considerado fraude contábil, pois os gestores buscam atuar de forma que a legislação permite com certa discricionariedade ao gestor. Assim, espera-se do auditor um constrangimento diante da prática de gerenciamento de resultados, o qual pode ser utilizado pelo gestor em benefício próprio (MARTINEZ, 2001).

Coelho e Lopes (2007) destacam que os contadores e gestores são os que julgam os resultados contábeis por arbitrariedade e estabelecem parâmetros de apuração de lucros, por corte temporal para tal apuração e pelo ajustamento do conceito de lucro para caixa. Porém, o difícil é definir o quanto destes julgamentos estão em linha com as expectativas dos investidores.

Assim, a auditoria possui a função de minimizar as práticas de gerenciamento de resultados, que pode ser reforçada diante do rodízio da firma de auditoria. Dentro desse contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: qual o efeito da troca de firma de auditoria no nível de gerenciamento de resultados nas companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa? Dessa forma, o objetivo do estudo consiste em verificar o efeito da troca da firma de auditoria no nível de gerenciamento de resultados das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa.

O estudo justifica-se pela carência de estudos e pesquisas empíricas em âmbito nacional. Assim, destaca-se a lacuna de pesquisa, visto que os estudos nacionais verificaram a troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados até o ano de 2008, ou seja, anteriormente a crise financeira internacional. Dessa forma, esta pesquisa visa abordar os períodos que sucedem o ano de 2008 para verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados.

Para Almeida e Almeida (2009) um dos principais entraves para as pesquisas empíricas é a falta de base de dados que incluam informações das empresas de auditoria e que seja de fácil acesso aos pesquisadores e usuários dessas informações. O rodízio de auditoria continua sendo um assunto polêmico, que gera uma divergência muito significativa entre a opinião de diversas classes envolvidas em aspectos contábeis, de auditoria e do próprio rodízio em si (QUEVEDO; PINTO, 2014).

No cenário mundial poucos países possuem a obrigatoriedade de realizar a mudança da firma de auditoria. No Brasil, é obrigatória esta mudança tornando-se um cenário ideal para avaliar se a qualidade das informações contábeis é impactada pela mudança da firma de auditoria. As evidências encontradas até o momento não permitem afirmar que há impacto na qualidade da informação contábil após a troca da firma de auditoria. Assim, os resultados levantam um questionamento sobre a instituição do rodízio obrigatório, propiciando oportunidades de pesquisa nesse tema no Brasil (AZEVEDO; COSTA, 2012).

O estudo está estruturado em quatro seções além desta introdução. A seção dois refere-se à revisão de literatura, a seção três trata dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Os resultados obtidos são expostos na quarta seção. A seção cinco apresenta as considerações finais e, por fim, as referências bibliográficas.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta revisão de literatura são abordados temas que embasam conceitualmente a problemática da pesquisa em questão. Inicialmente são apresentadas informações acerca do rodízio das firmas de auditoria, seguida da discussão acerca do gerenciamento de resultados, finalizando então com estudos relacionados ao tema.

### **2.1 Rodízio de Firma de Auditoria**

A evolução da ciência contábil permitiu o desenvolvimento da técnica de auditoria, sendo está voltada a orientação, interpretação e de previsão de fatos, tornando-se dinâmica e em constante transformação. Dessa forma, Mattos (2005) define auditoria como sendo o processo de levantamento, estudo e avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, que objetiva fornecer aos usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação.

No entanto, medidas regulatórias têm sido implementadas para melhorar a qualidade das auditorias corporativas, dentre elas, o rodízio obrigatório das firmas de auditoria. As disposições legais em diferentes países referentes ao rodízio obrigatório têm gerado opiniões



divergentes quanto a sua efetividade, principalmente porque a maioria dos sistemas jurídicos permite a livre escolha dos auditores (QUEVEDO; PINTO, 2014).

Há fatores importantes do rodízio obrigatório de firmas de auditoria a serem considerados, dentre eles o custo de auditoria e a qualidade do serviço de auditoria. O rodízio obrigatório faz com que os serviços de auditoria se tornem mais caros e reduz a concorrência no mercado. Sobre a qualidade da auditoria, o rodízio prejudica dois dos principais determinantes da qualidade; competência técnica do auditor, pois sua capacidade de detectar irregularidades nas demonstrações financeiras é dificultada pelo maior número de auditorias iniciais e menor grau de especialização, e a independência do auditor (ARRUÑADA; PAZ-AREZ, (1997).

Segundo Catanach Jr. e Walker (1999), as grandes crises organizacionais têm sido atribuídas a má qualidade da auditoria associada a uma percepção de falta de independência dos auditores. Estas falhas são consideradas como tendo ocorrido porque os auditores falharam em detectar ou em reportar erros materiais nas demonstrações financeiras. Sendo assim, o rodízio obrigatório das firmas de auditoria tem sido sugerido como um meio de reforçar a independência e reduzir a incidência de falhas de auditoria.

O rodízio obrigatório de firmas de auditoria define um limite para o número de anos que uma firma de auditoria poderá auditar as demonstrações financeiras de uma empresa. A regra de rotatividade obrigatória da firma de auditoria, que estabelece um limite máximo de anos para auditar as demonstrações financeiras de uma determinada empresa, tem sido proposta como um meio para preservar a independência do auditor e, possivelmente, para aumentar a confiança dos investidores nos relatórios financeiros (CHI; HUANG; LIAO; XIE, 2009; SAID; KHASHARMEH, 2014).

As vantagens e desvantagens da obrigatoriedade desta rotação têm sido intensamente debatida há vários anos pela comunidade de negócios do mundo, mas existe pouca evidência em pesquisas empíricas que avaliam os custos, benefícios e eficácia de tal rotatividade. Oliveira e Santos (2007) destacam os principais aspectos positivos e negativos sobre o rodízio de auditoria encontrados na literatura internacional, conforme destacado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Aspectos positivos e negativos do rodízio de firmar de auditoria.**

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Socializa o conhecimento técnico pois quebra o monopólio do conhecimento e da prática de auditoria em determinado segmento;	Não mantém o conhecimento acumulado da firma de auditoria que tem feito os trabalhos. O foco dos trabalhos do novo auditor pode não ser direcionado para áreas de risco;
Satisfaz o público com a quebra de relacionamento de longo prazo, conferindo a determinados usuários das demonstrações contábeis uma percepção de maior independência;	Desestabiliza a relação econômica entre as partes. No primeiro ano de trabalho, é realizado um investimento considerável pelas firmas na expectativa de ser recuperado em anos subsequentes por trabalhos mais eficientes e mais bem planejados;
Muda o perfil do auditor nas empresas submetidas ao rodízio. Um perfil mais técnico do auditor é privilegiado em detrimento do perfil comercial e gerador de novos trabalhos;	Redução dos investimentos em especialização dos auditores, pois as firmas não alocariam recursos na formação técnica, sem a certeza de que a interrupção do relacionamento ocorreria por circunstâncias normais, e não por decisão regulatória;
Requer maior atenção do auditor pelo processo de troca, pela exposição de seus papéis de trabalho a outros auditores, sucessores ou revisores;	A governança corporativa é afetada, pois liberdade de escolha estaria sendo impactada em sua essência;

Focaliza a atenção do auditor no acionista, e não na administração;	Desequilibra o mercado das firmas, pois a busca pela recomposição de carteiras de clientes seria estruturada de forma inadequada, sem respeitar as condições normais de mercado;
Muda a metodologia de auditoria com foco concentrado nos procedimentos obrigatórios e maior objetividade na alocação e no foco dos testes de auditoria;	A carreira em auditoria seria dificultada, pois a perda desses clientes pode propiciar até mesmo a interrupção da prática de auditoria de firmas.
Suaviza a falta de fiscalização por parte dos órgãos fiscalizadores, pois a possibilidade de o auditor sucessor ter acesso aos papéis de trabalho referentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis das empresas pode ser considerada uma forma de fiscalização adicional, que deveria ser feita por tais órgãos.	

Fonte: Oliveira e Santos (2007).

Após os escândalos contábeis que envolveram as empresas Enron e WorldCom, abriu-se um leque de questionamentos sobre a ética corporativa e os mecanismos de governança, que por consequência passaram a motivar muitos estudos sobre o gerenciamento de resultados. Por meio da regulamentação das normas contábeis, as práticas deveriam ser mais objetivas no intuito de contribuir na redução da assimetria informacional (LOPES; TUKAMOTO, 2007).

A qualidade da auditoria está relacionada com o conhecimento sobre as transações realizadas pelo cliente e com a independência na execução de testes realizados. Acredita-se que longos períodos de relacionamento entre auditor e clientes colaborem para a redução da independência. Assim, espera-se que a troca da firma de auditoria contribua para o aumento da independência e que o aumento da independência tenha como consequência um menor nível de gerenciamento de resultados. A qualidade da auditoria, porém, pode ser impactada negativamente pela falta de conhecimentos aprofundados sobre as atividades dos novos clientes. A troca de auditor poderia, então, contribuir para a redução da qualidade das demonstrações contábeis pelo tempo de aprendizado necessário para a adequada compreensão das transações ocorridas durante o período (AZEVEDO; DA COSTA, 2012).

Conforme Quevedo e Pinto (2014), os principais órgãos contábeis, como o Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Brasileiro de Contadores, são contrários ao rodízio de firmas de auditoria, por considerarem que há muitos fatores negativos, como o alto custo proporcionado pela mudança, principalmente quando comparado a seus benefícios; pela não evidenciação da qualidade dos serviços e pela diminuição da eficiência, gerada pela falta de conhecimento acumulado, proporcionado pela rotatividade. Porém, os autores ao avaliarem a percepção do rodízio de auditoria sob o olhar dos auditores independentes em uma amostra de 64 auditores independentes que atuam em 6 empresas de auditoria independentes, sendo 4 “*Big four*”, descobriram que 91% dos auditores independentes que responderam a pesquisa são favoráveis ao rodízio de auditoria. Destacam ainda que 56% dos respondentes acreditam que as melhorias proporcionadas pelo rodízio superam seus custos.

## 2.2 Gerenciamento de Resultados

O gerenciamento de resultados é a intervenção, realizada propositalmente, no processo de evidenciação externa, com a intenção de obter algum ganho privado (SCHIPPER, 1989). Deste modo, o gerenciamento de resultados ocorre quando os administradores utilizam de julgamentos sob as informações financeiras e atividades operacionais da empresa, para intencionalmente alterar informações financeiras sobre o desempenho econômico da companhia (HEALY; WAHLEN, 1999).

O gerenciamento de resultados contábeis, ou *earnings management*, caracteriza-se como a alteração intencional dos resultados contábeis dentro dos limites legais e da flexibilidade permitida pelas normas e práticas contábeis para alcançar e atender motivações particulares. Assim, a gestão mascara o verdadeiro desempenho da empresa, atribuindo valores que não expressam a realidade empresarial. Essa prática contribui para a assimetria informacional e induz os agentes a tomarem decisões inadequadas (MARTINEZ, 2006; BISPO; LAMOUNIER, 2011).

Martinez (2006) considera o resultado um fator importante na contabilidade, na qual pode ser ajustado para um valor a maior e/ou a menor, considerados ajustes contábeis de natureza discricionária, no qual os executivos passam a gerenciar os resultados contábeis de forma intencional e desejada.

As práticas contábeis atendem à postura de eficiência econômica dos proprietários, com tendência a maximização do valor da empresa, o que neste caso, se escolhe o regime contábil que minimize os custos contratuais e de transação da empresa. Portanto, os gestores agem para a maximização de seus próprios interesses, posicionando-se de forma oportuna e escolhendo práticas contábeis que almejam seus interesses (COELHO; LOPES, 2007).

Os resultados contábeis adequam-se a julgamentos dos gestores e dos contadores, os julgamentos dos gestores nas decisões contábeis estão alinhados com as expectativas dos investidores para tomar iniciativa ao gerenciamento de resultado. Assim, os ajustes contábeis são feitos para manter uma suavização de lucros em relação aos fluxos de caixa e alterar as decisões econômicas da empresa para o proveito dos sócios ou gestores (COELHO; LOPES, 2007; BISPO; LAMOUNIER, 2011).

A diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido é denominado de *accruals* (acumulações), que referem-se a todas as contas de resultado que influenciam no lucro da empresa, e que não implicam na movimentação dos fluxos de caixa. Neste caso, o lucro é mensurado no sentido econômico de crescer riqueza patrimonial na empresa, independente de movimentação financeira. Para isso, o gestor discricionariamente aumenta ou diminui os *accruals* com o intuito de impactar no lucro (MARTINEZ, 2008).

Os *accruals* são divididos em *accruals* discricionários e *accruals* não discricionários. O primeiro possui o propósito de gerenciar o resultado contábil enquanto o último é de acordo com a realidade do negócio. Portanto, “os *accruals* discricionários são uma *proxy* do gerenciamento de resultados contábeis”, eles podem ser positivos ou negativos representando respectivamente a forma que a empresa está gerenciando-os para melhor ou para pior (MARTINEZ, 2008, p. 8).

Por meio das movimentações realizadas pelos gestores, evidenciou-se três modalidades de gerenciamento de resultados contábeis, conforme Martinez (2001) são:

**Quadro 2: Modalidades de gerenciamento de resultados contábeis**

<i>Target Earnings</i>	<i>Income Smoothing</i>	<i>Take a Bath / Big Bath Accounting</i>
Gerenciamento de resultados para aumentar ou diminuir os lucros, no intuito de atingir as metas desejadas.	Gerenciamento de resultados para reduzir sua variabilidade e mantê-los em determinado patamar para evitar flutuações.	Gerenciamento de resultados contábeis para reduzir lucros correntes com o propósito de melhorar os resultados no futuro.

Fonte: Adaptado de Martinez (2001).

As modalidades de gerenciamento de resultados contábeis auxiliam os gestores a direcionar suas tomadas de decisões, com o objetivo de melhorar o lucro, piorar o lucro, manter o lucro no patamar desejado ou reduzir o lucro no período atual para obter melhores resultados



no futuro. Assim, a qualidade do resultado contábil é vista como uma medida para a assimetria informacional, a empresa passa a influenciar os usuários das informações contábeis em suas decisões, que modifica seu julgamento sobre a verdadeira situação da empresa (MARTINEZ, 2001, BISPO; LAMOUNIER, 2011).

Bispo e Lamounier (2011) comentam que os analistas, investidores e profissionais ligados às empresas de capital aberto, possuem interesse em verificar o quanto os resultados são manipulados, devido aos recentes colapsos de organizações que foram encobertos pelas manipulações nas demonstrações financeiras, afetando a qualidade das informações contábeis divulgadas. Martinez (2008) argumenta que o gerenciamento de resultado, compromete a qualidade da informação contábil, cria ineficiências a ponto de provocar distribuições de riquezas injustificáveis.

A rotatividade periódica do auditor tem o propósito de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas de auditoria, por meio do aumento da independência dos auditores. Porém, quando os auditores prestam serviços para as empresas durante vários anos, haverá um aumento nos riscos de falhas acontecerem e consequentemente reduzir a qualidade da auditoria (AZEVEDO; DA COSTA, 2012).

Para verificar as práticas de gerenciamento de resultados, pode-se utilizar diferentes modelos, tais como: Healy (1985), DeAngelo (1986), Dechow e Sloan ou modelo Setorial (1991), Jones (1991), Dechow, Sloan e Sweeney (1995) (ou Jones Modificado), Kang e Sivaramakrishnan (1995) ou modelo KS, Pae (2005), Leuz, Nanda e Wysocki (2003), Barth, Landsman e Lang (2008).

O Modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) foi desenvolvido para testar o impacto do processo de convergência contábil internacional na qualidade contábil. O modelo considera como uma das variáveis da qualidade contábil o gerenciamento de resultados. Quanto maior a qualidade contábil, menor deve ser o nível de gerenciamento de resultados. Barth, Landsman e Lang (2008) pesquisaram a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade em 327 empresas, localizadas em 21 países no período de 1994 a 2003 para verificar o efeito do gerenciamento de resultados no período pré e pós IFRS.

Desta forma, nesta pesquisa adota-se o modelo Barth, Landsman e Lang (2008) para verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

### **2.3 Estudos Anteriores sobre Rodízio de Auditores e Gerenciamento de Resultados**

Para verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados apresentam-se estudos acerca desse assunto. Na pesquisa de Becker et al. (1998) foi analisado a relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultado. A amostra foi composta por 10.379 empresas auditadas por firmas de auditoria *Big Six* e 2.179 empresas auditadas por não *Big Six*, no período de 1989 a 1992. Os resultados demonstram que não foi possível confirmar que as *Big Six* estão propícias a apresentar uma melhor qualidade e um menor gerenciamento de resultados em relação as firmas de auditoria não *Big Six*.

Silva e Bezerra (2010) verificaram se existe uma relação entre o rodízio de empresas de auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto da BM&FBovespa. A amostra foi composta por três empresas de cada setor econômico que apresentavam o maior ativo total no exercício de 2008, excluindo o setor financeiro. Foram coletados dados das demonstrações contábeis no período de 2000 a 2008. Os resultados demonstram que houve uma redução de 21% do ano anterior a troca para o ano da troca de auditoria. Setores como petróleo, gás e biocombustíveis, materiais básicos consumo não cíclico, telecomunicações e utilidade

pública verificou-se a suavização do gerenciamento de resultados com a troca da firma de auditoria. Os resultados alcançados não permite afirmar que a troca de firma de auditoria independente está diretamente relacionada à diminuição do gerenciamento de resultados.

Martinez e Reis (2011) investigaram a relação entre o rodízio do auditor independente e a propensão das empresas brasileiras em gerenciar resultado. Analisaram uma amostra de empresas não financeiras com ações listadas na Bolsa de São Paulo (BOVESPA) entre 1997 e 2007. Os resultados indicam que não há efeito significativo no gerenciamento de resultados na troca de firma de auditoria nas empresas.

Azevedo e Costa (2012) analisaram o efeito das mudanças de firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras, que investigaram o impacto no nível de gerenciamento de resultados após a troca da firma de auditoria com uma amostra de 98 empresas brasileiras no período de 1998 a 2005. Os resultados apontaram que a troca de firma de auditoria não impacta no nível do gerenciamento de resultados, as mudanças obrigatórias de firma de auditoria também não apresentaram diferenças no nível de gerenciamento de resultados em relação a troca compulsória da auditoria. Os resultados que apresentaram diferenças nos níveis de gerenciamento de resultados referem-se aos anos que antecedem a troca quando ela é obrigatória. O tipo de troca de firma de auditoria, por exemplo, *Big-Four* ou não *Big-Four* não impactam no nível de gerenciamento de resultados.

Estes estudos encontrados na literatura nacional destacam pesquisas que analisam o efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados até o período de 2008. Portanto, esse estudo busca verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados no período de 2008 a 2013.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para verificar o efeito da troca da firma de auditoria no nível de gerenciamento de resultados das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa, realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de pesquisa documental.

O aspecto descritivo é observado na discussão do impacto da mudança de firma de auditoria no gerenciamento de resultado, apresentando assim, uma descrição da amostra analisada e da relação entre as variáveis do estudo. Conforme Vergara (2000) e Gil (2010), uma pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Em relação aos procedimentos, classifica-se como pesquisa documental por utilizar-se de informações constantes nas demonstrações contábeis das empresas analisadas. Gil (1999), destaca que a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam tratamentos analíticos, oriundas de fontes de primeira mão ou de fontes de segunda mão.

Quanto a abordagem o estudo classifica-se como quantitativo que, segundo Raupp e Beuren (2006) a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos desde a coleta até o tratamento dos dados, e preocupa-se com o comportamento geral dos acontecimentos.

#### 3.1 População e Amostra

A população da pesquisa compreendeu as companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBovespa no período de 2008 a 2013. Para formar a amostra, considerou-se somente as companhias ativas no ano de 2013 e que possuem dados suficientes disponíveis na base de dados Economática®. Além disso, foram desconsideradas as empresas pertencentes ao setor financeiro por apresentarem características diferentes das demais empresas que compõem a



amostra na tentativa de eliminar os efeitos do referido setor no gerenciamento de resultados. A Tabela 1 demonstra a quantidade de empresas na qual satisfazem os critérios de seleção da amostra do período analisado.

**Tabela 1 – Composição da amostra**

Itens	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População total	619	619	619	619	619	619
(-) Empresas sem informações	219	219	219	219	219	219
(-) Empresas com patrimônio líquido a descoberto	67	67	67	67	67	67
(-) Empresas sem dados completos	69	62	54	42	40	33
(-) Financeiras	38	38	38	38	38	38
(=) Amostra final	226	233	241	253	255	262
Nº total de observações	1470					

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado na Tabela 1, as empresas que possuem dados suficientes para viabilizar a análise e consequentemente atingir o objetivo proposto pelo estudo estão distribuídas da seguinte forma: 226 empresas em 2008, 233 em 2009, 241 em 2010, 253 em 2011, 255 em 2012 e 262 empresas em 2013. Dessa forma chegou-se ao número de 1470 observações para o período em análise.

### 3.2 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Os dados contábeis foram coletados na base de dados Economática® e os dados referentes às empresas de auditoria (*Big Four* ou não) e se houve troca de firma de auditoria (ou não) foram coletados no sítio da BM&FBovespa (2014), especificamente nos Relatórios de Referência em novembro de 2014. Os dados foram selecionados no intuito de atingir o objetivo de verificar o efeito da troca da firma de auditoria no nível de gerenciamento de resultados das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa.

Para verificar o gerenciamento de resultados utilizou-se o Modelo de Barth, Landsman e Lang (2008). Esse modelo apresenta quatro métricas, porém neste estudo utiliza-se somente a primeira métrica para medir os níveis de gerenciamento de resultados das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa na troca de firma de auditoria. Os autores interpretam que uma pequena variância nas mudanças no lucro líquido pode ser considerada como evidência de suavização de resultados. Barth, Landsman e Lang (2008) excluíram da variável  $\Delta NI$  os resultados extraordinários e não operacionais, em razão de que esses valores poderiam apresentar diferenças significativas entre as empresas, o que poderia distorcer os resultados.

Nessa pesquisa, utilizou-se o Lucro Operacional das empresas como variável  $\Delta NI$ , não considerando, então, os itens extraordinários e não operacionais. Essa sistemática foi utilizada por Klann (2011) que descreve que quanto menor a variabilidade, maior a evidência de gerenciamento de resultados. Assim, as empresas com menor suavização de resultados apresentam maior volatilidade nos lucros e consequentemente quanto maior a volatilidade nos lucros menor o nível de gerenciamento de resultados. A equação 1 representa a variabilidade das mudanças no lucro operacional, conforme segue:

$$\Delta NI_{pn} = \left( \frac{LOp_n}{AT_n} - \frac{LOp_{n-1}}{AT_{n-1}} \right) \quad (\text{Equação 1})$$

Onde:

$\Delta NI_{pn}$  = Variabilidade no Lucro Operacional Líquido;

$LO_{pn}$  = Lucro Operacional Líquido no período 1;

$LO_{pn-1}$  = Lucro Operacional Líquido no período 0;

$AT_n$  = Ativo Total no período 1; e

$AT_{n-1}$  = Ativo Total no período 0.

Para verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados utilizou-se o seguinte modelo (1) de regressão:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 SIZE_{it} + \alpha_2 GROWTH_{it} + \alpha_3 LEV_{it} + \alpha_4 DISSUE_{it} + \alpha_5 TURN_{it} + \alpha_6 CF_{it} + \alpha_7 AUD_{it} + \alpha_8 TROFIRAUD_{it} + \varepsilon_{it} \quad (Modelo 1)$$

Onde:

$\Delta NI_{pn}$  = Variabilidade no Lucro Operacional Líquido;

$SIZE$  = Logaritmo natural do ativo total;

$GROWTH$  = Percentual de mudanças nas vendas;

$LEV$  = Total do passivo dividido pelo total do patrimônio líquido no final do ano;

$DISSUE$  = Percentual de mudanças no total dos passivos;

$TURN$  = Vendas divididas pelos ativos totais no final do ano;

$CF$  = Fluxo de caixa líquido anual das atividades operacionais dividido pelos ativos totais no final do ano;

$AUD$  = Variável dummy, sendo 1 para empresa auditada por firma de auditoria *Big Four* (PricewaterhouseCoopers, KPMG, Ernst&Young ou Deloitte Touche Tohmatsu) e zero para outras firmas de auditoria; e

$TROFIRAUD$  = Variável dummy, sendo 1 para ano da troca de firma de auditoria e zero para o ano em que não houve troca de firma de auditoria.

Para verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados das empresas que compõem a amostra do presente estudo conforme Modelo 1 proposto, utilizou-se de regressão de dados em painel por meio do *software* estatístico Stata® versão 13.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados apresentados foram coletados e analisados a partir do que se determinou nos procedimentos metodológicos e, em conformidade com o objetivo proposto neste estudo. O primeiro tópico refere-se a estatística descritiva e o segundo tópico contempla a análise do modelo de regressão por meio de dados em painel.

### 4.1 Estatística Descritiva da Amostra

Realizou-se a análise descritiva das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. A Tabela 2 – Empresas que compõem amostra, demonstra a quantidade de empresas por setor no ano de 2013.

**Tabela 2 – Empresas que compõem amostra**

Setor	Qtde	%	Setor	Qtde	%
Agro e Pesca	4	2%	Petróleo e Gás	5	2%
Alimentos e Bebidas	15	6%	Química	9	3%
Comércio	17	6%	Siderúrgico & Metalúrgico	15	6%
Construção	20	8%	Software e Dados	5	2%
Eletroeletrônicos	5	2%	Telecomunicações	5	2%
Energia Elétrica	38	15%	Têxtil	17	6%
Máquinas Industriais	4	2%	Transporte de Serviços	18	7%
Mineração	2	1%	Veículos e peças	10	4%
Minerais não Metálicos	3	1%	Outros	65	25%
Papel e Celulose	5	2%			
<b>Total Geral</b>				<b>262</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta a composição das empresas que compõem a amostra da pesquisa, na qual corresponde a 262 empresas no período de 2013. Essas empresas estão distribuídas em 19 setores econômicos, com destaque para o setor de energia elétrica representado por 38 empresas, ou seja, 15% do total das empresas, seguido do setor de construção que representa 20 empresas, sendo 8% do total, o setor de transportes de serviços com 18 empresas, 7% do total, os setores alimentos e bebidas, comércio, siderúrgico e metalúrgico e têxtil cada um representam 6% do total, seguido do demais setores com uma representatividade menor.

Na Tabela 3 – Troca da firma de auditoria, apresenta a quantidade de troca de firmas de auditoria pelas empresas que compõem a amostra:

**Tabela 3 – Troca da firma de auditoria**

Nº Troca de Firma Auditoria	Nenhuma	Uma	Duas	Três
Nº Empresas	31	145	82	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 3 que no período de análise, 145 empresas realizaram uma vez a troca de firma de auditoria, 82 empresas duas vezes e 8 empresas realizaram 3 vezes. Destaca-se, porém, que 31 empresas analisadas não efetuaram nenhuma troca de firma de auditoria durante esse período (5 anos), ou seja, essas organizações não estão atendendo a legislação quanto a obrigatoriedade do rodízio de firma de auditoria.

A Tabela 4 – Ano da troca de firma auditoria, apresenta a quantidade de empresas que fizeram a troca de firma de auditoria evidenciada anualmente:

**Tabela 4 - Ano da troca de firma auditoria**

Ano da Troca	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número de empresas	2	67	35	65	122	42

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Tabela 4, pode-se observar que o ano de 2012 foi o ano em que houve o maior número de empresas que efetuaram a troca de firmas de auditoria. A exigência da troca de firma de auditoria foi estipulada para as empresas de capital aberto a partir de 2008, e consta que a cada cinco anos as empresas devem efetuar a troca de firma de auditoria. Em seguida, 2009 foram realizadas 67 trocas de firma de auditoria, em 2011 realizaram-se 65 trocas, seguido de 2013 com 42 trocas, 2010 com 35 trocas e, por fim, 2008 com apenas 2 rodízios de firma de auditoria.



A Tabela 5 - Teste de médias do gerenciamento de resultados, apresenta a diferença de médias referente ao gerenciamento de resultados em relação aos anos que tiveram troca da firma de auditoria e os anos que não tiveram troca da firma de auditoria, por meio do teste *t* de amostras independentes.

**Tabela 5 – Teste de médias do gerenciamento de resultados**

Ano	Obs	Média	Desvio padrão	Sig.
Sem troca	1137	-,0051120	,09880522	0,495
Com troca	333	-,0011257	,07413473	

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observa-se na Tabela 5, a média do gerenciamento de resultados nas empresas em que não houve troca da firma de auditoria é de -0,0051120 e para as empresas em que houve a troca da firma de auditoria é de -0,0011257. Pelo teste de médias, conclui-se que não há diferença estatística no gerenciamento de resultados das empresas que realizaram a troca de firma de auditoria em relação às empresas que não realizaram. Esses resultados vão ao encontro dos estudos de Silva e Bezerra (2010), na qual os resultados encontrados não apresentaram alterações ao realizar o teste de médias.

#### 4.2 Análise de Regressão de Dados em Pannel

Para a análise de dados em painel, realizou-se no primeiro momento a análise de dados de regressão por efeitos fixos (*Fixed-effects*) e pelo modelo de efeitos aleatórios (*Random-effects*), para verificar o modelo mais adequado aos dados do estudo. De acordo com Fávero et al. (2009), pode-se obter, por meio da análise de dados em painel, três abordagens: efeitos fixos, efeitos aleatórios e *pooled independent cross-sections* ou (*POLS – pooled ordinary least squares*).

Aplicou-se o teste de Chow (1960) que representa o teste F utilizado para determinar se os parâmetros de duas funções de regressão múltipla diferem entre si. O teste F se mostrou insignificante ao nível de 5%, o que fez com que o modelo de efeitos fixos fosse descartado.

Posterior a elaboração do modelo de efeitos aleatórios, aplicou-se o teste de LM de Breusch-Pagan para verificar se o modelo aleatório é adequado para os dados analisados. Os resultados não foram significantes a nível de 5%, rejeitando a adequação do modelo de efeitos aleatórios. Portanto, o modelo *POLS* foi considerado o mais adequado para a análise dos dados. Após aplicar os testes de efeitos fixos e aleatórios, aplicou-se o modelo *POLS*. A Tabela 6 - Análise de regressão de dados em painel, apresenta a análise *POLS* considerando o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados.

**Tabela 6 – Análise de regressão de dados em painel**

Variáveis	Modelo 1	
	Coefficiente	VIF
Constante	-0,0195618	-
SIZE (log do ativo total)	0,0005601	1,24
GROWTH (% de mudanças nas vendas)	0,00007***	1,03
LEV (total do passivo/total do patrimônio líquido)	-0,0001907	1,01
DISSUE (% de mudanças no total dos passivos)	-0,0000257	1,03
TURN (vendas/ativos totais)	0,00461	1,14
CF (fluxo de caixa das atividades operacionais/ativo total)	0,0738827***	1,07
AUD (empresa auditada por firma de auditoria <i>Big Four</i> ou não <i>Big Four</i> )	-0,0033812	1,17
TROFIRAUD (ano da troca de firma de auditoria ou não houve troca)	0,0046292	1,01

Observações	1470
F	2,82
Prob > F	0,0041
R <sup>2</sup>	0,0152
R <sup>2</sup> Ajustado	0,0098
F de Chow	F = 0,57 Sig, F = 1,0000
LM de Breusch-Pagan	X <sup>2</sup> = 0,00 Sig, X <sup>2</sup> = 1,0000
Teste Hausman	X <sup>2</sup> = 40,73 Sig, X <sup>2</sup> = 0,0000

Legenda: \*significativo a 0,1 (90%); \*\*significativo a 0,05 (95%); \*\*\*significativo a 0,01 (99%).

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível verificar, conforme a Tabela 6, que o F de significação para o modelo de dados em painel, apresentou-se significativo ao nível de 5% onde a variável apresenta um valor de 0,0041. Quando analisado o poder de explicação do modelo proposto, descreve o coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>) que serve como medida de quanto à variabilidade da saída pode ser debitada aos previsores, demonstrou um valor de 0,0152 que significa que as variáveis independentes são responsáveis por 1,52% na variação do efeito troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados.

O R<sup>2</sup> ajustado que proporciona uma noção do modelo sob a generalização dos resultados, apresentou um poder de explicação de 0,98%, assim quanto mais próximo do valor do R<sup>2</sup> melhor e o poder explicativo do Modelo 1. Portanto, a diferença obtida para o modelo final é pequena ocorrendo uma diferença entre os valores de 0,0054 ou aproximadamente 0,54%. Assim, se o modelo fosse aplicado a população ao invés da amostra, ele explicaria 0,54% a menos o efeito troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados. Estes resultados revelam que o poder de explicação do modelo, é pouco significativo, ficando em torno de 1,52% apenas.

Conforme análise do Modelo 1, somente as variáveis GROWTH (percentual de mudanças nas vendas) e CF (fluxo de caixa das atividades operacionais dividido pelo ativo total) foram significativas a nível de 99%. A variável GROWTH apresentou um coeficiente de 0,00007, ou seja 0,007%, o que indica uma baixa evidência, positiva, de que o percentual de mudanças nas vendas influencia no gerenciamento de resultados das empresas que compõem a amostra. Já a variável CF apresentou um coeficiente de 0,0738827, o que representa 73,88%, o que significa dizer que o fluxo de caixa operacional possui forte influência positiva sobre o gerenciamento de resultados.

Enquanto isso, as demais variáveis SIZE (logaritmo natural do ativo total), LEV (total do passivo dividido pelo total do patrimônio líquido no final do ano), DISSUE (percentual de mudanças no total dos passivos), TURN (vendas divididas pelos ativos totais no final do ano), AUD (empresa auditada por firma de auditoria *Big-Four* ou não *Big Four*) e TROFIRAUD (ano da troca de firma de auditoria ou não houve troca) não apresentaram significância estatística que comprove a influência destas variáveis no gerenciamento de resultados. Portanto, o objetivo do presente estudo foi verificar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados das empresas listadas na BM&FBovespa, porém de acordo com o modelo proposto no estudo, verificou-se que o período que antecede em relação ao que sucede a troca da firma de auditoria não ocasionaram efeito no nível de gerenciamento de resultados. Esses achados corroboram com os estudos de Becker et al. (1998), Silva e Bezerra (2010),

Martinez e Reis (2011) e Azevedo e Da Costa (2012), nos quais não encontraram efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar o efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras. Para isso, utilizou o modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) e analisou-se a variabilidade do lucro operacional líquido anualmente. A população desta pesquisa compreendeu as empresas listadas na BM&FBovespa. A amostra foi composta pelas empresas do período de 2008 a 2013 que estavam ativas no ano de 2013, totalizando 1470 observações. Na análise dos resultados utilizou-se de dados em painel com aplicação do modelo *POLS*.

Os resultados encontrados apontam que a troca da firma de auditoria não possui efeito no gerenciamento de resultados das empresas que compõem a amostra deste estudo. Além disso, pode-se afirmar que o tipo de firma de auditoria (*Big-Four* e Não *Big-Four*) não impacta no gerenciamento de resultados. Nesse sentido, as evidências corroboram os achados de Becker et al. (1998), Silva e Bezerra (2010), Martinez e Reis (2011) e Azevedo e Da Costa (2012). Tais resultados foram constatados tanto para as empresas que realizaram a troca de firmas de auditoria quanto para aquelas que não realizam a troca.

Este estudo contribui para a literatura acerca da troca de firma de auditoria, demonstrando que não há uma relação direta entre a troca de firma de auditoria e o gerenciamento de resultado, especificamente das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Os resultados também contribuem para a crescente literatura examinando o gerenciamento de resultado, em particular, nosso estudo sugere, por meio do teste de médias, que não há diferença estatisticamente significativa no gerenciamento de resultados nos anos que há troca de firma de auditoria em relação aos anos que não há a troca.

Como limitação da pesquisa aponta-se que os resultados obtidos só podem ser aplicados para a amostra que compõe este estudo, não podendo ser generalizados a todas as empresas. Além disso, outras variáveis endógenas não contempladas nesse estudo, poderiam exercer influência nos resultados alcançados, mas entende-se que as limitações listadas não invalidam os resultados dessa pesquisa.

Para futuras pesquisas sugere-se testar o efeito da troca de firma de auditoria no gerenciamento de resultados utilizando o modelo de Barth, Landsman e Lang (2008), com a aplicação das métricas 2,3 e 4 destacadas pelos autores, devido à escassez de estudos empíricos na literatura que utiliza este modelo. Além da aplicação ou alteração na amostra da pesquisa, que permite a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados com outros países, e utilização de outras variáveis apontadas na literatura como fatores que verificam o efeito troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas *big four* e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 62-74, 2009.
- ARRUÑADA, Benito; PAZ-ARES, Cándido. Mandatory rotation of company auditors: A critical examination. **International Review of Law and Economics**, v. 17, n. 1, p. 31-61, 1997.
- AZEVEDO, Filipe Bressanelli; COSTA, Fábio Moraes da. Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 13, n. 5, 2012.
- BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of accounting research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BECKER, Connie L.; DEFOND, Mark L.; JIAMBALVO, James; SUBRAMANYAM, K. R. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary accounting research**, v. 15, n. 1, p. 1-24, 1998.
- BISPO, Oscar Neto De Almeida; LAMOUNIER, Wagner Moura. Gerenciamento de resultados contábeis e o desempenho das ofertas públicas subsequentes de ações de empresas brasileiras. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 28 e 29. 2011. **Anais...** São Paulo/S.P. BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. 2014. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br> > Acesso em: 21 nov. 2014.
- CATANACH JR, Anthony H.; WALKER, Paul L. The international debate over mandatory auditor rotation: A conceptual research framework. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 8, n. 1, p. 43-66, 1999.
- CHI, Wuchun; HUANG, Huichi; LIAO, Yichun; XIE, Hong. Mandatory Audit Partner Rotation, Audit Quality, and Market Perception: Evidence from Taiwan. **Contemporary Accounting Research**, v. 26, n. 2, p. 359-391, 2009.
- CHOW, Gregory C. Tests of equality between sets of coefficients in two linear regressions. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 591-605, 1960.
- COELHO, Antonio Carlos Dias; LOPES, Alessandro Broedel. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. SPE2, p. 121-144, 2007.
- CUNHA, Paulo Roberto da; KLANN, Roberto Carlos, RENGEL, Silene; SCARPIN, Jorge Eduardo. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do Terceiro Setor. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 65-85, 2011.
- DeANGELO, Linda Elizabeth. Accounting numbers as market valuation substitutes: a study of management buyouts of public stockholders. **The Accounting Review**. Sarasota, v. 61, n. 3, p. 400-420, jul. 1986.
- DeANGELO, Linda Elizabeth. Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. **Journal of accounting and Economics**, v. 3, n. 2, p. 113-127, 1981.
- DECHOW, Patricia M.; SLOAN, Richard G.; SWEENEY, Amy P. Detecting earnings management. **The Accounting Review**. v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.
- DEFOND, Mark L.; PARK, Chul W. Smoothing income in anticipation of future earnings. *Journal of accounting and economics*, v. 23, n. 2, p. 115-139, 1997.

DEFOND, Mark L.; RAGHUNANDAN, Kannan; SUBRAMANYAM, K. R. Do non-audit service fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. **Journal of accounting research**, v. 40, n. 4, p. 1247-1274, 2002.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patricia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2009.

FIRMINO, José Emerson; DAMASCENA, Luzivalda Guedes; PAULO, Edilson. Qualidade da auditoria no Brasil: Um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO**, v. 5, n. 3, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

HEALY, Paul M. The effect of bonus schemes of accounting decisions (Symposium on Management Compensation and the Managerial laboratory Market). *Journal of Accounting & Economics*. Rochester, v. 7, p. 85-107, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEALY, Paul M; WAHLEN, James M. A Review of the Earnings Management Literature and its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons*, vol.13, n. 4, p. 363-383, December, 1999.

JONES, Jeniffer J. Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*. Oxford. v. 29, n. 2, p. 193-228, aut. 1991.

KANG, Sok-Hyron; SIVARAMAKRISHNAN, K. Issues in testing earnings management: an instrumental variable approach. **Journal of Accounting Research**, Rochester, 33 (2) p. 353-367, 1995.

KINNEY, William R.; PALMROSE, Zoe-Vonna; SCHOLZ, Susan. Auditor Independence, Non-Audit Services, and Restatements: Was the US Government Right?\*. *Journal of Accounting Research*, v. 42, n. 3, p. 561-588, 2004.

KLANN, Roberto Carlos. **Gerenciamento de resultados**: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

LEUZ, Christian; NANDA, Dhananjay; WYSOCKI, Peter D. Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*. v. 69, n. 3, p. 505-528, 2003.

LOPES, Alessandro Broedel; TUKAMOTO, Yhurika Sandra. Contribuição ao estudo do “gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não-emissoras de ADRs. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 42, n. 1, 2007.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Detectando Earning Management no Brasil: Estimando os Accruals Discricionários. **Revista de Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 7 - 17, janeiro/abril, 2008.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Minimizando a variabilidade dos resultados contábeis: estudo empírico do income smoothing no Brasil. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 2, n. 1, p. 09-25, jan./abr. 2006.

MARTINEZ, Antonio Lopo; REIS, Graciela Mendes Ribeiro. Audit Firm Rotation and Earnings Management in Brazil. RCO – **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA – RP / USP**, v. 4, n. 10, p. 48-64, set – dez, 2011.

MATTOS, Manoel Salésio. **Os auditores no Brasil e a satisfação desses profissionais nas grandes empresas de auditoria**. 2005. 145 f, il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/TE/2005/314531\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/TE/2005/314531_1_1.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2014.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso; SCHIEHL, Eduardo. Relevância dos red flags na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 1, p. 25-45, 2008.

OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. Rodízio de firmas de auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado. **R. Cont. Fin. • USP • São Paulo**, v. 18, n. 45, p. 91-100, 2007.

PAE, Jinhan. Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 24, n. 1, p. 5-22, 2005.

QUEVEDO, Mirella Conti; PINTO, Leonardo José Seixas. Percepção do Rodízio de Auditoria sob o olhar dos Auditores Independentes. **REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL**, v. 13, n. 38, p. 09-22, 2014.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática. Ilse Maria Beuren organizadora e colaboradora. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAID, Kousay; KHASHARMEH, Hussein. Auditor's perceptions on impact of mandatory audit firm rotation on auditor independence Evidence from Bahrain. **Journal of Accounting and Taxation**, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2014.

SCHIPPER, Katherine. Earnings management. **Accounting Horizons**. v. 3, n. 4, p. 91-102, dez., 1989.

SILVA, Adriano Gomes da; ROBLES JUNIOR, Antonio. Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley. **R. Cont. Fin. • USP • São Paulo**, v. 19, n. 48, p. 112-127, 2008.

SILVA, Júlio Orestes da; BEZERRA, Francisco Antonio. Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio de Firmas de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 12, n. 36, p. 304-321, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Atlas, 2006.

ZHANG, Yan; ZHOU, Jian; ZHOU, Nan. Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. **Journal of accounting and public policy**, v. 26, n. 3, p. 300-327, 2007.